

ATA DA 480ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2016/2018

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano dois mil e dezesseis, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Defensor Público-Geral, Davi Eduardo Depiné Filho. Presentes os/as Conselheiros/as: Alexandre Orsi Netto, Ana Paula Kayamori de Oliveira, Fabiana Botelho Zapata, Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior, Horácio Xavier Franco Neto, Júlio Cesar Tanone, Leandro de Col Loss, Lucio Mota do Nascimento, Octavio Ginez de Almeida Bueno, Pedro Antônio de Avellar, Representando a Apadep, Leonardo Scofano Damasceno Peixoto e Representando a Ouvidoria-Geral, Alderon Pereira da Costa. Ausente justificadamente o Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Comunicou que, na última segunda-feira, havia sido realizado pelo Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo o “I Seminário de Direito Urbanístico”, e informou que o evento tinha por objetivo discutir os quinze anos do estatuto da cidade, contando com a presença do Secretário de Estado da Habitação, Rodrigo Garcia. Comunicou que, também na última segunda-feira, a instituição havia firmado um convênio para atuação conjuntamente ao Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas (Cratod), envolvendo a atuação em um prédio na Capital do Estado. Mostrou a importância da assinatura do convênio, a fim de integrar a Defensoria Pública na atividade, que contou com a participação do Governador do Estado, além de outras autoridades. Comunicou que, nesta semana, havia participado de uma homenagem ao Procurador Geral de Justiça, Gianpaolo Smanio, que havia sido promovida pela Federação das Indústrias do Estado (Fiesp). Comunicou que, na última terça-feira, havia participado de reunião com o Secretário de Estado e Defesa da Cidadania, Marcio Elias Rosa, a fim de tratar da antiga proposta de vinculação de parte do Fundo de Assistência Judiciária à Secretaria de Justiça, visando o custeio de convênios, especialmente o mantido pela Defensoria com a Ordem dos Advogados do Brasil. Comentou que, na oportunidade, havia sido demonstrada a inviabilidade da proposta, especialmente por afrontar à autonomia da instituição e pontuou que o Secretário estava convencido da posição da Defensoria Pública e que a defenderá perante o Governo do Estado. Citou que, na mesma reunião, havia sido discutido o reajuste de vencimento dos servidores da instituição e afirmou que o Secretário havia demonstrado concordância com o pleito, contatando o Secretário de Estado da Casa Civil, a fim de agendar um encontro para tratar do tema. Nesse sentido, narrou que, na última quinta-feira, o Secretário da Casa Civil havia se reunido com o Secretário Marcio Elias, que se mostrou solícito aos pleitos da Defensoria Pública. Comunicou que, também na última terça-feira, havia participado do lançamento do projeto, que contará com a participação do Defensor Público Assessor Cível, Dr. Alvimar Virgílio na “Frente Interinstitucional da Educação”, criado pelo Secretário de Estado da Educação, visando contemplar diversas instituições do sistema de justiça, objetivando um olhar multifacetado do direito à educação. Comunicou que, na última quarta-feira, esteve em articulação política na Assembleia Legislativa com diversos líderes partidários, tendo enfoque ao projeto que trata do reajuste dos vencimentos dos servidores, inclusive o PLC nº 25, que trata da vantagem pecuniária de compensação, em caso de indeferimento, decorrente de atividades realizadas em dias fora do expediente. Nesse último caso, comentou que o relator do projeto Deputado Marcos Zerbini, havia relatado que tinha redigido parecer favorável ao projeto. Comunicou que, nesta semana, havia recebido a visita da Defensora Pública de Minas Gerais, Christiane Neves, que na oportunidade, mencionou a situação institucional em relação à assistência jurídica suplementar daquele Estado, pois o convênio com a OAB/MG era gerido pelo Governo do Estado, sem nenhuma ingerência da Defensoria. Relatou que o encontro havia sido acompanhado pela Assessoria de Convênios e representantes da OAB/MG, de modo que a Defensoria Pública de Minas Gerais busca padronizar o modelo semelhante ao adotado em São Paulo, visando regulamentar a atuação dos dativos em âmbito estadual. Comunicou que, na última quinta-feira, esteve em reunião com o Secretário de Estado da Casa Civil para tratar do reajuste dos vencimentos dos Servidores da Defensoria Pública, e comentou que houve sinalização favorável para o reajuste, contudo sinalizou que não havia sido apresentado nenhum índice, pois o óbice é a questão orçamentária. Relatou que, na oportunidade, havia apresentado ao Secretário estudos de impacto em relação ao orçamento e apontou que o Secretário havia se comprometido a analisar

a questão e apresentar alternativas para equalizar a questão. Abordou que, o fato de, separar os pleitos de reajuste dos Defensores e Servidores eram sinalizados positivamente pelas Secretarias de Estado, que acompanham a questão, visando priorizar as necessidades dos servidores, que acabam sendo afetados com o aumento da inflação. Comunicou que, nesta semana, a Coordenadoria de Tecnologia da Informação havia dado início ao trabalho de integração do sistema Defensoria Online (DOL) com a plataforma E-Saj do Tribunal de Justiça do Estado, e mostrou a importância da abertura do Tribunal de Justiça na integração dos sistemas, que ainda está em fase inicial, mas aguarda resultados futuros. Por fim, parabenizou o Coordenador de Tecnologia e Informação, bem como a sua equipe pelo trabalho desempenhado. Após, passou-se às comunicações da Secretaria. Justificou a ausência do Conselheiro Luiz Eduardo em razão de licença médica. Em seguida, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra ao primeiro inscrito, Robson Cesar Correa, Representante do Movimento Estadual da População em Situação de Rua. Ele proferiu a leitura de um poema em homenagem aos mortos da Chacina da população de rua, ocorrida em 19 de agosto de 2004, conhecido por Massacre da Sé. Considerou que a Defensoria Pública é o órgão mais importante para a defesa da população de rua, comentando que por muitas vezes o Estado nega a assistência e o atendimento a esse público. Nesse sentido, pediu que houvesse a expansão do atendimento no interior do Estado. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Thiago Cerqueira Santos, Representante do Movimento Estadual da População em Situação de Rua. Ele acompanhou o pedido de reforço no atendimento em prol da população em situação de rua no interior da Capital. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Messias Santos, Representante do Movimento Estadual da População em Situação de Rua. Ele relatou que, ao seu ver, um Defensor Público havia realizado atendimento errôneo, pedindo providências correcionais. Nesse sentido, pediu que houvesse a punição do Defensor Público. Após, o Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Sr. Elias dos Santos Medeiros, Usuário do Centro de Acolhida Zancone. Ele mostrou dificuldades na utilização de espaços para lazer e pediu a ajuda da Defensoria Pública, de modo que o esporte pudesse retirar usuários de drogas das ruas, citando a sua experiência de vida. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Sr. Fabio Pereira de Souza, Usuário do Centro de Acolhida Zancone. Ele reforçou o pedido de espaço de lazer e complementou o pedido para que houvesse a disponibilização de equipamentos esportivos nos próximos centros de acolhida. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Sr. Renato Sena, Representante do Coletivo População de Rua Digna. Ele lembrou do massacre da população de rua ocorrido no dia 19 de agosto de 2004, e pontuou que, até o momento, não havia resposta do massacre, e agradeceu o empenho da Defensoria Pública e o cuidado com a população em situação de rua. Após, o Presidente franqueou ao próximo inscrito, Sr. Claudio Bartolomeu Lopes, Representante do Conselho Regional de Serviço Social. Ele apoiou o pleito dos servidores e proferiu a leitura de uma nota de apoio. Após, o Presidente franqueou a palavra a próxima inscrita, Representante da Associação dos Servidores, Érica Meirelles. Ela informou que, na próxima sexta-feira, seria realizada uma audiência pública para discussão da situação dos servidores, diante da ameaça de corte de ponto para quem participasse das paralisações. Proferiu a leitura de uma nota de apoio aos servidores, que havia sido assinada por diversas entidades e, nesse sentido, informou que havia impetrado um mandado de segurança, visando garantir os direitos dos servidores. Contudo, informou que, na última semana, esteve conversando com lideranças partidárias, a fim de expor a situação. Após, o Presidente franqueou a palavra à próxima inscrita, Agente de Defensoria da Unidade Santo André, Safira de Oliveira Bonilha. Ela solicitou que houvesse uma avaliação da situação atual dos servidores e apontou que, nos últimos anos, havia aumentado somente o abismo entre os Defensores e Servidores, diante da inflação que afeta a classe dos oficiais, dos quais muitos são chefes de família, com salários baixos. Por fim, ressaltou que os servidores evitam a rivalização com os Defensores Públicos. Após o Presidente franqueou a palavra à Sra. Olga Quiroga, Representante dos Movimentos de Moradia. Ela mostrou preocupação com as falas, e pediu atenção aos trabalhadores, mostrando a dificuldade de chefes de família em sustentar seus filhos sem os recursos necessários. Por fim, relatou que a União dos Movimentos de Moradia apoia o pleito de reajuste salarial e afirmou que a Defensoria é parceira dos movimentos sociais, tendo somente que parabenizar e agradecer à instituição. Após, O Presidente franqueou a palavra à Defensora Pública Yolanda Salles Freire Cesar, da Unidade Infância e Juventude. Ela destacou

o enorme acúmulo de trabalho que sua unidade é conhecida, e citou que, na próxima segunda-feira, reiniciaria as pautas extraordinárias em sua unidade, dificultando ainda mais a atuação dos Defensores locais. Contudo, pediu que fosse encontrada uma solução viável para que a Unidade realizasse um trabalho de qualidade, mesmo que tivesse a solução paliativa encontrada pela Segunda Subdefensoria. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Sr. José Manuel da Silva, Representante da União em Defesa da Moradia. Ele relatou que espera que a instituição caminhe em conjunto com os movimentos para o fortalecimento da comunidade e pediu que os Defensores cobrassem da Prefeitura uma política voltada às famílias quando fossem removidas. Por fim, agradeceu a oportunidade de falar ao momento aberto, pois sempre que comparece as reuniões do Conselho é bem atendido. Em seguida, não havendo mais inscritos ao momento aberto, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Com relação à postura do atendimento relatada pelo Sr. Messias, o Presidente informou que o caso precisa ser apurado no âmbito da Corregedoria Geral, visando dar-se a devolutiva à reclamação. A Segunda Subdefensora Fabiana Zapata informou que buscará informações do ocorrido no atendimento, de modo que houvesse um retorno ao caso. Com relação ao pedido do Sr. Elias Santos, o Presidente informou que encaminhará a demanda ao Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, visando solicitar aos órgãos adequados. Com relação a fala do Sr. Renato Sena, o Presidente esclareceu que há um estudo de expansão para todo o estado da política de atendimento à população em situação de rua, que deverá ser apresentado no plano anual de atuação em breve no Conselho Superior, contemplando o trabalho em algumas das unidades do interior. Com relação ao pleito dos servidores, o Presidente mostrou preocupação em garantir as melhores condições de trabalho aos membros da instituição e afirmou que, diferentemente das empresas privadas, há determinação legal de manutenção do serviço público. Mencionou que a Defensoria Pública existe em prol das pessoas que precisam do serviço prestado pela instituição, e nesse caso, considerou legítima a luta corporativa dos servidores, mas ressaltou que não deve se sobrepor ao atendimento à população. Discordou de possível rivalização entre a Administração Superior e a Associação dos Servidores, e lembrou a trajetória do pleito dos servidores, que havia sido prontamente atendido, a fim de separar o reajuste salarial dos Defensores e Servidores, visando privilegiar a classe mais fragilizada. Nesse sentido, ressaltou que, até o momento, a Defensoria Geral busca a articulação política para o reajuste salarial dos servidores e o orçamento para a instituição pagar as contas, pois no último item, caso contrário, a partir de setembro, a Defensoria Pública deixará de arcar com parte das contas, o que deve ser tratado com responsabilidade. Afirmou que em nenhum momento houve cerceamento ou ameaça à manifestação dos servidores, e apontou que sempre manteve o diálogo com a entidade de classe, visando antecipar os possíveis impactos referente às possíveis paralisações e/ou greves. Assim, considerou importante que todos tenham conhecimento das consequências da greve por tempo indeterminado, a fim de que adotem as medidas que considerarem adequadas. Nesse contexto, discordou da postura adotada pela entidade de classe, que instrumentaliza sua pauta corporativista, mas ressaltou que continua a favor do pleito, a fim de continuar lutando em prol dos servidores no que compete ao gestor da Defensoria Pública. Destacou que toda articulação feita pela Defensoria Geral havia sido previamente informada à associação dos servidores, de modo que tomassem as medidas que julgassem adequadas, incluindo a eventual impetração de mandado de segurança. Por fim, comprometeu-se a buscar o diálogo com o executivo e o legislativo em prol do reajuste dos servidores. A Representante da Associação dos Servidores, Érica Meireles pediu um aparte, que foi concedido pelo Presidente. Ela mostrou a importância de priorizar o pleito dos servidores através de um envio formal da divisão do reajuste dos Defensores e reconheceu a transparência no diálogo com a Defensoria Geral, mas afirmou que o mandado de segurança visava uma medida política contrária ao corte de ponto. O Presidente relatou que havia sido encaminhado um pedido formal ao relator do processo de reajuste, mas aguardava uma sinalização positiva do executivo para que houvesse a priorização do pleito dos servidores. Com relação à área da infância e juventude, o Presidente pontuou que a questão de cargos é uma demanda que está em pauta no Conselho Superior e citou que atualmente há Defensores Públicos que trabalham além das oito horas diárias para suportar a demanda institucional, contudo, mostrou a importância de melhorar a estrutura da instituição. Apontou, ainda, que, recentemente, na composição anterior do Conselho Superior, havia sido aprovado um afastamento para curso no exterior, seguido de afastamento por

interesse particular, pelo período de dois anos de um Defensor, o que gerou impacto e menor capacidade de mobilidade para resolução de problemas. Após, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. Com relação a fala do Sr. Renato Sena, o Conselheiro Horácio Xavier mostrou a importância do esporte na transformação social, avaliando que os Núcleos Especializados poderiam buscar entidades que realizam projetos sociais esportivos, visando prestar orientação. Com relação ao afastamento comentado pela Presidência, o Conselheiro Alexandre Orsi defendeu que, na antiga composição do Conselho Superior, diante da normativa vigente, não havia razões para indeferir o primeiro pedido feito pela Defensora Pública local, já que haviam sido preenchidos todos os requisitos formais. Acrescentou que todos os afastamentos causam prejuízos e afirmou que os membros da antiga administração haviam sido favoráveis ao afastamento. Nesse sentido, o Presidente rebateu que a crítica se refere à autorização do segundo afastamento, de interesse particular, sem a análise do prejuízo que acarretaria a longo prazo. O Conselheiro Horácio Xavier avaliou que os problemas com afastamentos existem em diversas unidades e considerou que a ausência de Defensores Públicos substitutos causa transtornos e sobrecarga de trabalho, tendo em vista que, além dos afastamentos perenes, há afastamentos por férias e licenças. Nesse caso, mostrou a importância de avaliar a abertura de novas sedes, sugerindo a utilização dos candidatos aprovados no último certame, visando gerar economia de recursos. A Conselheira Fabiana Zapata informou que, durante a reunião ocorrida na Unidade Infância e Juventude, foi solicitada uma ajuda externa à regional. Esclareceu que a proposta da Segunda Subdefensoria foi a de que os colegas da área de execução auxiliassem as varas nos períodos de férias daqueles Defensores. Assim, relatou que não haviam sido abertas inscrições para auxílio à regional, pois não havia condições destes suportarem diversas licenças maternidades simultâneas em suas unidades. O Ouvidor Alderon Pereira lembrou do assassinado de pessoas em situação de rua em 2004 e destacou que, desde segunda-feira, estava sendo discutida a situação dessas pessoas no III Congresso do Movimento Nacional da População de Rua. Mostrou a importância de institucionalizar o atendimento à população em situação de rua, a fim de criar efetivamente uma política, considerando que nenhuma Defensoria dispõe de um atendimento especializado no âmbito estadual a essas pessoas, com exceção do Estado da Bahia, que conta com uma Defensora Pública voltada para esse atendimento. Nesse sentido, pediu que o Presidente pautasse o tema nas reuniões do Condege, de modo que almeja realizar um seminário no ano que vem para tratar da defesa dessas pessoas, citando debater a violência policial, falta de atendimento, instrumentos de acolhimento, entre outras temáticas. Abordou sobre o caso das mulheres grávidas que moram nas ruas, mas que tem seus filhos retirados após o nascimento e citou que o Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher havia atuado em casos análogos, sugerindo aprimorar a atuação. Com relação à população em situação de rua, a Conselheira Fabiana Zapata comentou que havia participado de uma reunião com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, a fim de solicitar acesso ao cadastro de mães e crianças em situação de rua, da região central da cidade, conforme pedido expresso pelo Núcleo Especializado de Infância e Juventude. Contudo, informou que apresentará os dados assim que receber a notícia com relação aos avanços obtidos. O Ouvidor Alderon Pereira mencionou sobre a dificuldade envolvendo a situação dos servidores, considerando que a instituição deveria utilizar um modelo diferente de outras organizações. Nesse sentido, reforçou o pedido de que houvesse uma maneira de formalizar a separação dos pleitos dos Servidores e Defensores, e se colocou à disposição. Relatou que, nesta semana, havia sido realizada uma reunião do Conselho Consultivo da Ouvidoria para tratar do atendimento da Defensoria e a sobrecarga de trabalho dos Defensores Públicos, e pediu que houvesse a disponibilização de dados sobre a atuação dos Defensores, visando estudar a situação de forma equalizada. Ressaltou que, na oportunidade, o Conselho Consultivo havia concluído que algumas etapas do atendimento poderiam ser desburocratizadas, facilitando e melhorando o atendimento ao usuário. Informou que, nesta semana, havia sido feita mais uma rebelião na Unidade da Fundação Casa, sendo notado a presença de crianças nas ruas, situação que ainda não teve uma solução para avançar nessa questão, por isso mostrou a importância de pensar na possibilidade de nomeação dos aprovados no último concurso de Defensor Público. Comentou que, nesta semana, esteve na Unidade de Mogi das Cruzes, após ter recebido diversas denúncias de violação de direitos pela Guarda Civil Metropolitana local, oportunidade em que a equipe da Ouvidoria Geral e o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos

havia escutado os relatos da população em situação de rua. Contudo, havia visitado a Unidade de Mogi das Cruzes para dialogar com os Defensores locais, a fim de estabelecer um fluxo de atendimento à população em situação de rua. O Conselheiro Horácio Xavier parabenizou a iniciativa da Ouvidoria Geral e agradeceu a visita, citando que a unidade continuará monitorando as pessoas em situação de rua, mas pontuou que a unidade acaba se dedicando as questões patrimoniais, sem conseguir atingir os mais vulneráveis. Aproveitou o ensejo, e abordou sobre o pleito dos servidores, que considerou ser justo, porém apontou que os Defensores também estão sem reajuste há pelo menos três anos. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano, reforçou a fala de que os Defensores Públicos estão sem reajuste há três anos e mostrou a necessidade de realizarem um planejamento para as discussões do reajuste, de modo que a carreira tenha uma perspectiva de aumento do salário. O Presidente ponderou que o reajuste dos Defensores Públicos também é tema de esforços pela Defensoria Geral, contudo, ponderou que, neste momento, era possível atender apenas parte dos pleitos remuneratórios, ou seja, apenas atender o pleito dos servidores. O Conselheiro Leandro Loss sugeriu a realização de sessões extraordinárias, visando discutir temas importantes para a carreira, ao contrário do que é feito atualmente. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano, solicitou a apresentação do voto vista ao processo CSDP nº 435/16, que está com vista à Segunda Subdefensoria, justificando que em outras carreiras do sistema de justiça a questão já havia sido normatizada. A Conselheira Fabiana Zapata mencionou que a situação é delicada, informando que existe um parecer da Assessoria Jurídica negativo ao pleito, por este motivo pontuou que precisa analisar atentamente a questão. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano convidou a todos para a solenidade de posse da nova Diretoria da Apadep, que terá a cerimônia nesta sexta-feira na Assembleia Legislativa, a partir das 18h no auditório Franco Montoro. Comentou que, nesta semana, havia recebido a reclamação de Defensores Públicos da cidade de Santos relatando problemas com o sistema E-Saj, causando transtorno no atendimento do plantão judiciário. Nesse caso, pediu que fosse implantado um suporte da Coordenadoria de Tecnologia da Informação aos finais de semana, enquanto houvesse plantão judiciário. O Presidente pontuou que, neste momento, considerava inviável a atuação dos servidores em plantões, em razão de ausência de retribuição de expediente aos finais de semana, e citou que a Coordenadoria de Tecnologia da Informação atua fora do período de expediente por meio de compensação de horas informais, e quando houver aprovação do PLC nº 25/16, poderá ser implementado e avaliado um esquema de plantão pela CTI. O Representante da Apadep, Leonardo Scofano informou ter protocolado um pedido de ingresso como *amicus curiae* no processo que determina a atuação da Defensoria Pública no Cejusc de Marília, e informou que o processo será discutido no âmbito do Supremo Tribunal de Justiça. Por fim, informou que haviam sido elaborados e protocolados os recursos em relação a ação que trata da desvinculação dos Defensores nos quadros da OAB. Em seguida, passou-se a ordem do dia. O Presidente indagou os Conselheiros sobre a inversão e a exceção de processos, o qual foi deliberado a seguinte ordem: **CSDP nº 483/16 (Excetuado a pauta)**. Interessada: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "VI Congresso e II Internacional de Direito Homoafetivo", a ser realizado no período de 31 de agosto a 02 de setembro de 2016. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O relator justificou o pedido de exceção a pauta em razão do processo já ter sido submetido à apreciação do Conselho na última sessão, diante do indeferimento do afastamento de um Agente Psicóloga, restando uma vaga de suplente para preenchimento. Assim, leu o relatório e proferiu o voto no sentido de autorizar o afastamento do servidor Bruno de Paula Sousa com inclusão do dia 31 de agosto, pois o servidor estava classificado na Unidade Araraquara, que tem distância um pouco inferior à de Ribeirão Preto, Unidade onde está classificado o Defensor Fernando Andrade Giostri, o único que, em razão da localidade de atuação, teve deferido o afastamento também para o dia 31 de agosto, eis que o evento terá início às 20 horas da referida data. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento do servidor Bruno de Paula Sousa, no período de 31 de agosto a 02 de setembro de 2016. **CSDP nº 487/16 (Excetuado a pauta)**. Interessada: Fernanda Maria de Lucena Bussinger e Silvia Caniver Drago Assunto: Remoção por permuta (10ª DP da Macrorregião 1 e 01ª DP da Unidade Santana). Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de abrir prazo de 5 (cinco) dias, a contar da

publicação no Diário Oficial para manifestação ou inscrição de terceiros Defensores Públicos, interessados na permuta, desde que classificados onde classificados as requerentes. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, abrir prazo para manifestações dos termos do comunicado a seguir publicado. COMUNICADO: Nos termos da Deliberação CSDP nº 189, de 20 de agosto de 2010, nos autos do Processo CSDP nº 487/16, e consoante dispõe o artigo 123, parágrafo único da Lei 80/94, torno público o pedido de permuta formulado pelas Defensoras Públicas Fernanda Maria de Lucena Bussinger, classificada na 10ª Defensoria Pública da Macrorregião 1 (substituindo o afastamento da Coordenação do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor – 7ª DP da Unidade Cível, Regional Central da Capital) e Silvia Caniver Drago, classificada na 01ª Defensoria Pública da Unidade Santana, visando possibilitar que outros Defensores classificados nas mesmas Unidades manifestem eventual interesse na permuta. Os interessados deverão apresentar requerimento dirigido ao Conselho Superior da Defensoria Pública até as 17h do dia 26 de agosto de 2016, através do endereço conselho@defensoria.sp.gov.br. A inscrição somente será considerada válida a partir da confirmação do recebimento da mensagem eletrônica pela Secretaria do Conselho Superior. O processo de análise dar-se-á na sessão ordinária do Conselho Superior a se realizar em 02 de setembro de 2016. CSDP nº 010/16. Interessado: CSDP nº 010/16. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível II para o nível III, relativo ao ano de 2016. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. Revisor: Conselheiro Florivaldo Antonio Fiorentino Junior. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de retificar erro material na lista de Defensores Públicos promovidos, justificando que houve duplicidade de nome na tabela anteriormente apresentada. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, retificar a lista de promovidos de Defensores Públicos do nível II para o nível III, relativo ao ano 2016, a seguir publicado.

<u>Defensor Público</u>	<u>Critério</u>	<u>Colocação da Lista de Promovidos</u>
Daniel Guimarães Zveibil	Antiguidade	1º
Lucas Pampana Basoli	Merecimento	2º
Giovanna Devito dos Santos Rota	Antiguidade	3
Danilo Mendes S.de Oliveira	Merecimento	4º
Fabrcio Pereira Quintanilha	Antiguidade	5º
Carlos Eduardo Afonso Rodrigues	Merecimento	6º
Marcia Rossi Coraini	Antiguidade	7º
Tatiana Semensatto de Lima Costa	Merecimento	8º
Aline Tarrazo Fehlow	Antiguidade	9º
Lais Rabello Zarus	Merecimento	10º
Rafael Morais Português de Souza	Antiguidade	11º
Juliana do Val Ribeiro	Merecimento	12º
Antônio Machado Neto	Antiguidade	13º
Rodrigo Vidal Nitrini	Merecimento	14º
Taissa Nunes Vieira Pinheiro	Antiguidade	15º
Alessandro Valerio Folador	Merecimento	16º
Luiz Antonio Silva Bressane	Antiguidade	17º
Cristina Victor Garcia	Merecimento	18º
Juliana Spuri Bernardi	Antiguidade	19º
Denise Melo Salazar	Merecimento	20º
Paula Hungria Aagaard	Antiguidade	21º
Fabio Jachynto Sorge	Merecimento	22º
Eloisa Maximiano Goto	Antiguidade	23º
Maria Beatriz de Alcântara Sá	Merecimento	24º
Jamal Chokr	Antiguidade	25º
Ariane C. P. Paschoal	Merecimento	26º
Debora Helena Daher Montes Forlin	Antiguidade	27º
Luís Guilherme Pereira Delledono	Merecimento	28º
Fernanda Chammas Agostinho Gomes	Antiguidade	29º
Luiz Eduardo Kawano Dias	Merecimento	30º

Simone de O. Domingues Ladeira Alcantara	Antiguidade	31°
Mariana Costa de Paiva Bazo	Merecimento	32°
Rodrigo Serra Pereira	Antiguidade	33°
Bruno B. Baghim (remanescente)	Merecimento	34°
Talitha D'Aquino Tavano Carvalho	Antiguidade	35°
Caio J. Granduque Jose (remanescente)	Merecimento	36°
André Eugênio Marcondes	Antiguidade	37°
Patrick L. Cacidedo (remanescente)	Merecimento	38°

**CSDP 281/16.** Interessada: Nádia Taffarello Soares. Assunto: Pedido de afastamento para participação em processo eleitoral – vereador. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto de acolher o documento complementar encaminhado pelo interessado, e aguardar a juntada de homologação de candidatura junto à Justiça Eleitoral, justificando que o interessado havia apresentado um documento contendo o protocolo do pedido de registro, mas ainda não tinha a homologação pelo órgão. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aguardar a complementação da diligência pela interessada, prorrogando a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 290/16. Interessado: Thiago Santos de Souza. Assunto: Pedido de afastamento para participação em processo eleitoral. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de acolher o documento encaminhado pelo interessado, e aguardar a juntada da efetiva homologação da candidatura. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aguardar a complementação da diligência pelo interessado prorrogando a discussão e a votação para a próxima sessão. Consigna-se que o Conselheiro Alexandre Orsi pediu a exceção a pauta do processo CSDP 439/16, mas o Presidente externou o mesmo entendimento, cujo interessado era o servidor Willians Rocha Monteiro, a fim de aguardar a vinda dos documentos registrados pelo Tribunal Regional Eleitoral. CSDP nº 391/16. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de arquivar o processo, por perda do objeto, com duas recomendações à atual Coordenadoria do Núcleo, as quais sejam: a) atentar para a apresentação dos relatórios semestrais que seguirão no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a conclusão dos semestres (01 de fevereiro e 01 de agosto); b) publicar os relatórios semestrais em campo próprio do NESC no portal eletrônico da Defensoria. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Julio Tanone citou que a normativa descreve que caberá ao coordenador enviar o relatório de todo o período do seu mandato. O Presidente considerou que, diante da ausência de alteração da deliberação, o relator deveria deixar de inovar a normativa vigente, e sugeriu que a Segunda Subdefensoria pensasse em uma proposta de alteração da deliberação. O Ouvidor Alderon Pereira solicitou que os relatórios encaminhados para apreciação do Conselho Superior fossem apresentados à sociedade civil. O Conselheiro Horácio Xavier sugeriu que todos os novos relatórios apresentados pelos Núcleos fossem incluídos em pauta para julgamento virtual. O Conselheiro Alexandre Orsi pontuou que o relator se atenta apenas pelo que está no processo, e citou que, quando analisa os autos de sua relatoria, deixa de se atentar com os prazos e possíveis alterações na normativa vigente. Nesse caso, encaminhou para que o relator retificasse o voto, no sentido de aprovar o relatório semestral. Acompanhou em sua manifestação o Conselheiro Julio Tanone. O Conselheiro Leandro de Col se declarou impedido por ser membro do Núcleo Especializado. O Conselheiro Pedro Avellar se rendeu aos argumentos trazidos, e se propôs a retificar o voto pela aprovação da apresentação do relatório apresentado pelo NESC, mas mantendo as recomendações. Após as discussões o Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado de Situação Carcerária, com recomendações. Impedido o Conselheiro Leandro de Col Loss. CSDP nº 457/16. Interessados: Helena de Lacerda Rodrigues Lage e Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. Assunto:

Remoção por permuta (01ª DP da Macrorregião 4 e 03ª DP da Unidade Jacareí). Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de homologar o pedido, arquivando-se os autos. O Presidente encaminhou para discussão e Deliberação sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, após o prazo de manifestações, homologar a desistência do Defensor Público Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, arquivando-se os autos. CSDP nº 464/16. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de converter o julgamento do processo em diligência, a fim de: a) apresente detalhadamente o andamento de todas as ações coletivas propostas pelo Núcleo, ou em conjunto com outro núcleo ou Defensor Natural, com o número do processo, andamento processual e quais as providências jurídicas o núcleo tomou no período do compreendido pelo relatório; b) apresente detalhadamente o andamento de todos Habeas Corpus propostos pelo Núcleo, com o número do processo, andamento processual e quais as providências jurídicas o núcleo tomou no período do compreendido pelo relatório; c) relação de frequência dos membros e colaboradores do Núcleo nas reuniões ordinárias; e, d) apresente detalhadamente o andamento das ações de indenização propostas pelo Núcleo, com o número do processo, andamento processual e quais as providências jurídicas o núcleo tomou no período do compreendido pelo relatório; (fls. 21 do relatório). O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Julio Tanone acompanhou o voto do relator, mas entendeu que a resposta da diligência cabe apenas ao Coordenador, independente de quem apresente o relatório. O Presidente sugeriu que o atual Coordenador do Núcleo Especializado deveria consultar a gestão anterior para responder a diligência necessária ao relatório de atividades. O Conselheiro Alexandre Orsi discordou do Conselheiro Julio Tanone, quanto a competência do encaminhamento do relatório, e sem demérito, avaliou que a diligência deveria ser encaminhada à gestão anterior. O relator acompanhou o entendimento do Conselheiro Julio Tanone, quanto a fundamentação normativa ser de competência do Coordenador atual. O Conselheiro Leandro de Col se declarou impedido por se membro do Núcleo Especializado. Após as discussões o Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, converter o julgamento do processo em diligência. Impedido o Conselheiro Leandro de Col Loss. CSDP nº 470/16. Interessada: Rafaela Augusta de Almeida. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de mestrado "Pós Graduação em Ciência da Informação", no período de 05 de setembro a 16 de dezembro de 2016. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de autorizar a continuidade do afastamento da interessada, às terças-feiras, para cumprimento de um dia de disciplina obrigatória no período de 05 de setembro a 16 de dezembro, período esse em que deverá apresentar, nos termos do art. 9º da Deliberação CSDP nº 321/15, relatório semestrais. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento do interessado, devendo apresentar relatório trimestral, nos termos no artigo 9º da Deliberação 321, de 22 de outubro de 2015. CSDP nº 478/16. Interessada: Daniela Cristina Augusto Campos. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "15º Congresso Brasileiro de assistentes sociais", a ser realizado no período de 05 a 09 de setembro de 2016. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento da interessada, observado o enunciado 1 deste colegiado, do não cabimento de diárias no caso em comento. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento da interessada no período de 05 a 09 de setembro de 2016. CSDP nº 1129/09. Interessada: Corregedoria-Geral. Assunto: Proposta de rotina à carreira, nos termos do artigo 31, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 988/06. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de converter em diligência para que: 1) A E. Corregedoria Geral de Defensoria Pública faça a revisão das propostas de rotinas previstas na minuta da Deliberação (fls. 304/324) adequando à realidade hodierna,

notadamente, os processos digitais, no prazo de 90 dias; 2) após a revisão feita pela Corregedoria Geral, manifeste-se a CTI acerca de se ter ou não a estrutura necessária para, caso seja proposto o uso do DOL na implementação da fixação das rotinas administrativa, pelo mesmo prazo de 90 dias. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, converter o julgamento do processo em diligência. CGDP CAEP nº 051/14. Interessado/a: Gustavo Siqueira Marques. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de apontar que nos autos consta a emissão de certidão pela Edepe atestando a frequência inferior ao desejado nos cursos de continuidade, e nesse caso, citou que a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório havia indicado a necessidade de expedição de memorando quanto ao aproveitamento de 75% (setenta e cinco por cento) no curso de preparação continuada. Contudo, após as devidas anotações e providências pela Corregedoria Geral, votou pela continuidade do estágio probatório do interessado. O Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Leandro de Col acompanhou o voto do relator. Após as discussões, o Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 3º relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 056/14. Interessado/a: Jessica Maria Benedetti. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O relator leu o relatório, e apontou que consta nos autos, sobre o curso de formação continuada, o atestado de que a interessada tinha a participação frequente, mas apenas que, no período de agosto a dezembro/2015, a presença em 50% das atividades, fato que a própria Corregedoria relevou, pela notícia dos afastamentos médicos da interessada em agosto e setembro de 2015. Citou que a interessada deveria submeter-se a perícia médica complementar, quando afastada em licença-saúde. Nesse sentido, pediu a complementação por diligência à interessada, noticiando que a interessada havia encaminhado ao Colegiado, no dia de ontem, relatório médico complementar, suprimindo satisfatoriamente a necessidade desse esclarecimento, que prontamente foi acostada aos autos, constatando que a interessada prosseguia em tratamento médico, sem qualquer impedimento para o exercício de suas atividades. Com esse relato, manifestou que parece certo que, afora as providências administrativas mais concretas da Administração Superior no tocante à averiguação da estrutura e condição de trabalho na Unidade de Itaquera, também a Defensora avaliada necessita não só de orientação, mas também precisa para o exercício de suas atividades, visando a preservação da própria saúde, sem prejuízo da qualidade das atividades ou qualidade no atendimento ao usuário, expressão que se extrai da lei orgânica da Defensoria Pública. Em decorrência, atendidos os requisitos legais e normativos, meu voto é proferido no sentido de aprovação do 3º relatório semestral, e a continuidade do estágio probatório. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o 1º relatório e a continuidade do estágio probatório. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 13h18min, sendo prorrogado os demais processos na ordem do dia, os quais sejam: CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 135/11. Interessadas: Segunda e Terceira Subdefensoria Públicas-Gerais. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 280/11. Interessada: Coordenadora da Regional de São Carlos. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 132/09, que regulamenta a criação das regionais do interior, capital e região metropolitana. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador/a de Habitação, Urbanismo e questões agrárias, fixando suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a

discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08. (Que regulamenta a realização de atividades docentes e discentes por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessado: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa à transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho Superior. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da

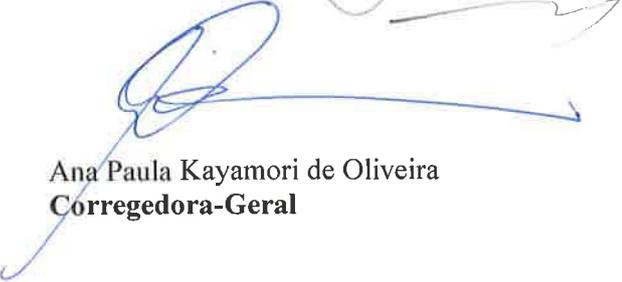
Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado: Horácio Xavier Franco Netto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/14. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado: Horácio Xavier Franco Netto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo à duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 518/15. Interessada: Carolina Dalla Valle Bedicks. Assunto: Pedido de afastamento para participação em Curso de mestrado no exterior, no período de agosto de 2015 a junho de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 521/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessada: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 563/15. Interessada: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 583/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2015). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 603/15. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 625/15. Interessada: Coordenação da Comissão de Estudos Interdisciplinares. Assunto: Resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, nos termos do artigo 10 da Deliberação CSDP nº 187/10 (que disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 004/16. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 157/10 (que disciplina o processo de elaboração da lista tríplice de candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade,

prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 108/16. Interessado: Luiz Felipe Azevedo Fagundes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 213/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 245/16. Interessados: Felix Roberto Damas Junior, Lucas Pampana Basoli e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 257/16. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de deliberação, visando regulamentar a atividade de educação em direitos na Defensoria Pública do Estado. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 258/16. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de substitutivo de projeto de lei, que fixa o subsídio mensal dos Defensores Públicos, altera a Lei Complementar nº 1.050/08, fixa data-base para fins de revisão dos vencimentos e proventos do seu quadro de servidores, possibilita a instituição de funções de confiança e dá outras providências. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 261/16. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que trata do regimento interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 263/16. Interessados: Luis Guilherme Pereira Delledono e Maria Cecilia Remoli de Souza Lopes. Assunto: Remoção por permuta (07ª DP e 13ª DP da Unidade Bauru). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 265/16. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível III para o nível IV, relativo ao ano de 2016. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. Revisora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. (CSDP nº). Interessado/a. (266/16). Felix Ricardo Nonato dos Santos. (268/16). Juliana Garcia Popic. (269/16). Janayna Lombisani. (270/16). Bruno Diaz Napolitano. (272/16). Amanda Pontes de Siqueira Taterka. (273/16). Priscila Simara Novaes. (274/16). Alexandro Pereira Soares. (275/16). Alessandra Pereira de Melo. (276/16). Debora de Vito Oriolo. (277/16). Luiz Rascovski. (278/16). Tatiana de Souza Kotake. (279/16). Jose Eduardo Mendes. (280/16). Bruna Rigo Leopoldi Ribeiro Nunes. (282/16). Bruno Haddad Galvão. (283/16). Mario Lucio Pereira Machado. (284/16). Thais Helena de Oliveira Costa Nader. (285/16). Bruno Lopes de Oliveira. (286/16). Erika de Vasconcellos Lima Pompeo. (287/16). Wagner Ribeiro de Oliveira. (288/16). Ricardo Cesar Franco. (289/16). Luiz Eduardo de Toledo Coelho. (291/16). Carolina de Melo Teubl Gagliato. (292/16). Ana Paula Gaudencio de Figueiredo. (293/16). Frederico Teubner de Almeida Monteiro. (294/16). Tania Cristina dos Santos de Oliveira. (295/16). Felipe Pires Pereira. (297/16). Julio Cesar Tanone. (298/16). Paulo Eduardo Pereira Rodrigues. (299/16). Flavia Laet Ribeiro de Almeida. (300/16). Carolina Lot da Silva Nunes. (301/16). Bruna Simões Franca. (302/16). Ana Paula de Oliveira Castro Meirelles Lewin. (303/16). Daniela Skromov de Albuquerque. (304/16). Leandro de Marzo Barreto. (305/16). Anisio Vieira Caixeta Junior. (306/16). Rodrigo Figueiredo de Oliveira. (307/16). Octavio Ginez de Almeida Bueno. (308/16). Phenelope Carvalho de Almeida. (309/16). Rafael de Souza Miranda. (310/16). Rosimery Francisco Alves. (311/16). Mariane Vinche Zampar. (312/16). Ana Rita Souza Prata. (313/16). Alvimar Virgilio de Almeida. (314/16). Gesanne Fonseca Gomes. (315/16). Amanda Polastro Schaefer. (317/16). Katia Cilene Oliveira Giraldi. (319/16). Tiago Augusto Bressan Buosi. (320/16). Viviane Oliveira Lourenço. (322/16). Lucio Mota do Nascimento. (323/16). Luciana de Oliveira Fernandes Fortes. (324/16). Regina

Bauab Merlo. (325/16) . Vanessa Boiati. (326/16) . Thalita Veronica Gonçalves e Silva. (327/16) . Betania Devechi Ferraz Bonfá. (329/16) . Samanta Romano Tresinari Grangeiro. (332/16) . Thais de Campos. (334/16) . Maira Coraci Diniz. (335/16) . Kareen Patricia Bandeira Pereira Ferreira. (336/16) . Luciana Rocha Barros Veloni Alvarenga. (339/16) . Samanta Cristina Lopez de Souza Ramos. (342/16) . Angela de Lima Pieroni Detoni. (343/16) . Jose Moacyr Doretto Nascimento. (344/16) . Francisco Carlos Marques Matarezio. (353/16) . Adele Aparecida Fernandes Morais. (355/16) . Ana Paula Romani Lima Milanezi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange os processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 394/16. Interessado/a: Tiago Thomaz Arias. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "Oracle Grid Infrastructure 11G: Gerenciamento do clusterware e do ASM", a ser realizado no período de 15 a 19 de agosto de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 401/16. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Apresentação de relatório final desenvolvido pelo Grupo de Trabalho sobre a Regional Infância e Juventude. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 404/16. Interessados: Corregedora-Geral e Coordenador Auxiliar da Coordenadoria Geral de Administração. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/06 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública do Estado e dá outras providências): Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 415/16. Interessado: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito negativo de atribuições em face do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 431/16. Interessado: Diogo Cesar Perino. Assunto: Remoção por união de cônjuges (De: Unidade Araçatuba / Para: Município de Bauru). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 433/16. Interessado: Fabricio Pereira Quintanilha. Assunto: Pedido de providências com relação ao serviço de automação da justiça (SAJ), na modalidade plataforma virtual E-SAJ. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 435/16. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo Assunto: Proposta de deliberação, visando regulamentar a concessão de licença-paternidade aos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 443/16. Interessado: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito de atribuições suscitado pela Unidade Plantão Cível, Regional Central da Capital. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 457/16. Interessados: Helena de Lacerda Rodrigues Lage e Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. Assunto: Remoção por permuta (01ª DP da Macrorregião 4 e 03ª DP da Unidade Jacareí). Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 460/16. Interessados: Juliana Saad e Marcia Regina Garutti. Assunto: Remoção por permuta (57ª DP da Unidade Varas Singulares e 03ª DP da Unidade Varas Singulares). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 463/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de deliberação, que regulamenta a visita dos Defensores Públicos que atuam na área da Infância e Juventude às unidades da Fundação Casa. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 465/16. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório

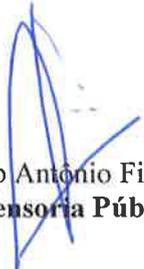
semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2016). Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 466/16. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito. Assunto: Proposta de deliberação, a fim de alterar a denominação do Núcleo Especializado. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 064/14. Interessado/a: Leonardo Biagioni de Lima. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 068/14. Interessado/a: Leticia Marques de Avelar. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 008/14. Interessado/a: Daniela Franco Lara. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 089/14. Interessado/a: Rafaela Comunale Aleixo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 013/14. Interessado/a: Aline Munhoz Seixas. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 098/14. Interessado/a: Sun Yue. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 045/14. Interessado/a: Fernanda Simoni. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 010/14. Interessado/a: Akira Koza Palmieiri. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 052/14. Interessado/a: Hamilton Neto Funchal. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 054/14. Interessado/a: Helena Lahtermaher Oliveira. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 001/15. Interessado/a: Danielle Mitie Kita. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 003/14. Interessado/a: Gisele Souto Durante. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão às 13h18min. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos dezanove dias do mês de agosto do ano de 2016.

  
Davi Eduardo Depiné Filho  
Presidente

  
Ana Paula Kayamori de Oliveira  
Corregedora-Geral



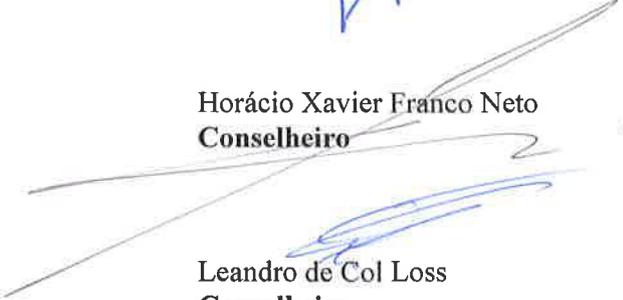
Fabiana Botelho Zapata  
**2ª Subdefensoria Pública-Geral**



Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior  
**3ª Subdefensoria Pública-Geral**



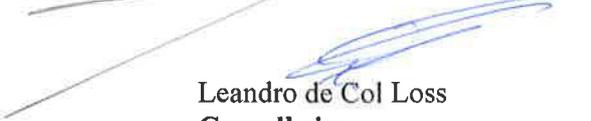
Alexandre Orsi Netto  
**Conselheiro**



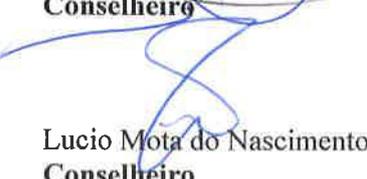
Horácio Xavier Franco Neto  
**Conselheiro**



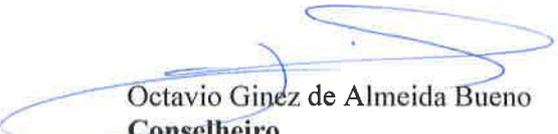
Júlio César Tanone  
**Conselheiro**



Leandro de Col Loss  
**Conselheiro**



Lucio Mota do Nascimento  
**Conselheiro**



Octavio Ginez de Almeida Bueno  
**Conselheiro**



Pedro Antônio de Avellar  
**Conselheiro**



Alderon Pereira da Costa  
**Ouvidor-Geral**



Leonardo Scofano Damasceno Peixoto  
**Representante da Apadep**